

## No dia 17 de dezembro demos o recado: **EM 2026 VAI TER LUTA, VAI TER GREVE!**

**CHEGA DE AUTORITARISMO!** → • Não ao fechamento do noturno

- Não à "reorganização" escolar
- Avaliação não é para punir e demitir
- Atribuição de aulas presencial, justa e transparente
- Pela valorização da categoria: piso salarial é ponto de partida, não é teto
- Não à privatização e militarização das escolas



No dia 17 de dezembro, numa grande demonstração de luta, mais de 8 mil professores, estudantes, mães e pais atípicos, entidades estudantis, sindicais e movimen-

tos sociais lotaram a Praça da República. Arrancamos uma reunião com a SEDUC em 18/12, temos conquistado vitórias judiciais importantes. Nossa luta continua!

**NO DIA 23 DE JANEIRO A MANIFESTAÇÃO SERÁ AINDA MAIOR!**

**É MAIS:**

- Isenção do IR é 14º salário para nossa categoria
- Vitória! Jornada do piso será composta por aulas!

ÍNDICES DA APEOESP NOVEMBRO/ 2025

PEB I (24h): R\$ 1.562,22	PEB II (24h): R\$ 1.808,47	PSPN (2025): R\$ 4.867,77
SALÁRIO MÍNIMO OFICIAL R\$ 1.518,00	SALÁRIO MÍNIMO DIEESE R\$ 7.067,18	

CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS

DESCONTO DA MENSALIDADE NO HOLERITE DE NOVEMBRO SERÁ DE 1,4% SOBRE O SALÁRIO DE CADA ASSOCIADO



## Editorial

# CHEGA DE AUTORITARISMO!

**N**o dia 17 de dezembro, em pleno recesso, mais de 8 mil professoras, professores, estudantes, pais e mães atípicos, representantes de entidades e movimentos sociais se reuniram em frente à SEDUC para lutar contra fechamento do noturno, “reorganização escolar”, avaliação punitiva, privatização e militarização de escolas, por atribuição de aulas justa e transparente, contra o autoritarismo do governo de Tarcísio e Feder.

Esta mobilização plural já reflete a decisão do XXVIII Congresso Estadual da APEOESP, que aprovou propostas de alteração estatutária da Professora Bebel, segunda presidenta do nosso Sindicato e deputada estadual, no sentido da horizontalização da atuação sindical da APEOESP para ampliar a luta social em defesa da Educação pública, agregando de forma orgânica novos setores e movimentos, como está melhor explicado nesta edição.

Como resultado direto deste forte ato, conseguimos a realização de uma reunião com o secretário executivo da SEDUC no dia 18/12, na qual diversos pontos emergenciais foram tratados.

### Em 23 de janeiro, nova manifestação

Vamos manter a pressão e entraremos o ano de 2026 em luta. Já temos nova manifestação agendada para 23 de janeiro e o CER se reunirá em 31 de janeiro para definir o calendário de nossas lutas, que poderão, sim, desembocar em uma greve, para que o governo pare de atacar a Educação pública e atenda nossas reivindicações.

### Pepe Mujica, presente

Nosso Congresso homenageou o líder uruguaio Pepe Mujica, representado pela professora Andreia Iglesias, do Movimento de Participação Popular do Uruguai e contou com a presença da deputada mexicana Monica Velazco, do Morena, partido da presidenta Claudia Sheibaun. Contou também com a participação do Ministro do Trabalho, Luiz Marinho e teve como um de seus pontos altos o debate sobre a conjuntura, com José Dirceu e Valério Arcary, dois militantes históricos da esquerda brasileira.

O Plano de Lutas aprovado preparou a APEOESP e a categoria para enfrentar os ataques do governo Tarcísio. Estamos em luta contra a nova

“reorganização escolar”, fechamento do noturno, privatização e a militarização das escolas, assédio e autoritarismo e temos conseguido vitórias judiciais importantes. Também estamos presentes nas lutas gerais pela vida das mulheres, fim da escala 6x1, redução da jornada de trabalho sem redução salarial e demos nossa contribuição para aprovação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais.

Estamos ativamente empenhados na construção de um Plano Estadual de Educação que seja uma política de estado, e que resulte da ampla participação das comunidades escolares e de toda a população.

Todas essas lutas, seus resultados e encaminhamentos estão contidos nesta edição do Jornal da APEOESP, demonstrando a importância e a necessidade da nossa organização sindical e do fortalecimento constante do nosso Sindicato. Em 2026, a APEOESP completa 81 anos de existência, que serão lembrados e comemorados com atividades durante todo o ano.

Boa leitura. E um excelente 2026, repleto de vitórias e realizações.

## O Brasil afirmou a sua soberania

O presidente Lula e o povo brasileiro não cederam às chantagens e pressões de Donald Trump, que visou e visa o acesso às nossas riquezas, sobretudo às chamadas “terras raras”, apesar da ação traidora de Eduardo Bolsonaro e outros da extrema-direita. Com firmeza, o presidente Lula conseguiu negociações em relação ao tarifaço imposto por Trump, resultando na redução de 40% nas

tarifas aplicadas a 1260 produtos brasileiros.

Não permitimos ingerência no nosso sistema de justiça, Bolsonaro e os principais líderes da tentativa golpista de 8 de janeiro de 2023 estão condenados e presos. Em relação ao crime organizado, o Brasil não aceita a imposição do conceito de “nascoterrismo” de Trump, pretexto para ações como a que ocorre Venezuela.

A linha do governo Lula é investigar e desmontar o comando e financiamento das facções, posicionando-se claramente contra as matanças, como a ocorrida nos morros do Alemão e Penha,

no Rio de Janeiro e que ocorrem em São Paulo. Tarcísio de Freitas mandou para a Câmara dos Deputados seu ex-secretário de Segurança, Guilherme Derrite, para desfigurar o projeto antifacção, protegendo os chefes das organizações criminosas e também políticos que cometem crimes. O Senado retomou pontos do projeto original, que retornou à Câmara.

A Operação Carbono Oculto mostrou que o caminho eficaz para combater o PCC, o Comando Vermelho, as milícias, é inteligência policial, articuladas com Ministério Público, judiciário e órgãos de fiscalização.

## Trump, tire as mãos da Venezuela!



A APEOESP repudia de forma veemente a agressão militar dos Estados Unidos à Venezuela, o sequestro do presidente Nicolás Maduro e sua esposa, Cilia Flores.

O ataque estadunidense visa o controle do petróleo venezuelano, as maiores reservas do mundo, ouro, diamante e terras raras. Foi criminoso, ilegal, viola o direito internacional e coloca em risco todos os países da América Latina.

Exigimos o fim do bloqueio militar, a retirada de tropas estadunidenses da região, libertação de Maduro e sua esposa e respeito à soberania da Venezuela.

### As memoráveis premiações de Ainda estou aqui



A conquista do Oscar e outros prêmios internacionais para o filme Ainda Estou Aqui e para Fernanda Torres, em 2025: orgulho do povo brasileiro e resgate da memória coletiva da luta contra a ditadura militar.

## Pelo fim do genocídio do povo palestino!

Durante o XXVIII Congresso Estadual da APEOESP, um ato público reafirmou a solidariedade nossa entidade ao povo palestino. O cessar-fogo na Faixa de Gaza vem sendo rompido pelo Estado de Israel, que ataca a população com mísseis, armas e maus tratos. Exigimos paz verdadeira, o reconhecimento de



um Estado Palestino, com soberania e autodeterminação e o fim da ocupação israelense.

## GRANDE VITÓRIA!

# Jornada do piso será composta em aulas, não em minutos

**A** córdão no Tribunal de Justiça de São Paulo, conquistado pela APEOESP, determina que a composição da chamada “jornada do piso” (no mínimo 1/3 para atividades sem estudantes e 2/3 em atividades com educandos) seja contabilizada em número de aulas e não em minutos, como faz o governo de São Paulo.

A decisão está de acordo com o Parecer CNE-CEB 18/2012, do Conselho Nacional de Educação, do qual foi relatora a segunda presidenta da APEOESP e deputada estadual Professora Bebel, então membro do CNE. O Parecer foi homologado pelo então ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

APLICAÇÃO CORRETA DA JORNADA DO PISO (LEI 11.738/2008)					
Duração total da jornada	Interação com estudantes	Atividades extraclasse	Duração total da jornada	Interação com estudantes	Atividades extraclasse
40	26,66 (*)	13,33	24	16,00	8,00
39	26,00	13,00	23	15,33	7,66
38	25,33	12,66	22	14,66	7,33
37	24,66	12,33	21	14,00	7,00
36	24,00	12,00	20	13,33	6,66
35	23,33	11,66	19	12,66	6,33
34	22,66	11,33	18	12,00	6,00
33	22,00	11,00	17	11,33	5,66
32	21,33	10,66	16	10,66	5,33
31	20,66	10,33	15	10,00	5,00
30	20,00	10,00	14	9,33	4,66
29	19,33	9,66	13	8,66	4,33
28	18,66	9,33	12	8,00	4,00
27	18,00	9,00			
26	17,33	8,66			
25	16,66	8,33			

(\*) Observe-se que são 26,66 unidades, de acordo com a duração definida pelo sistema ou rede de ensino (60 minutos, 50 minutos, 45 minutos ou qualquer outra que o sistema ou rede tenha decidido).

Parte integrante do Parecer CNE-CEB 18/2012 – Conselho Nacional de Educação

## Com nossa luta, Tarcísio não privatizou nem militarizou escolas

Dois dos principais projetos de Tarcísio de Freitas e Renato Feder não saíram do papel pela ação contundente da APEOESP, das comunidades escolares e de outros atores sociais.

Na Justiça, conseguimos tornar sem efeito os leilões de privatização de 33 escolas a serem construídas em parcerias público-privadas, como se fossem mercadorias negociáveis na Bolsa de Valores. A luta jurídica continua, mas o projeto está paralisado.

Paralisada também está a implementação de escolas cívico-militares. Conseguimos liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo, suspensa em função de Ação Direta de Inconstitucionalidade que corre no Supremo Tribunal



Prof. Fábio de Moraes em ato contra a privatização



Em frente à Bovespa, Profª Bebel na luta contra a privatização

Federal (STF). O primeiro e a segunda presidenta da APEOESP, Fábio de Moraes e Professora Bebel, que também é deputada estadual, participaram de audiência pública no STF defendendo nosso posicionamento.

## Pela retirada da Reforma Administrativa da educação e serviço público da ALESP



Profª Bebel na Alesp

O governador Tarcísio de Freitas enviou para a Alesp o Projeto de Lei Complementar 1316/2025, que visa institucionalizar e legalizar diversos ataques contra os professores através de alterações

na Lei Complementar 444/1985, no Estatuto dos Servidores Públicos e outras legislações, justamente para buscar cobertura legal para seus desmandos.

Não podemos aceitar a aprovação deste projeto. Precisamos nos mobilizar fortemente para impedir. A Segunda Presidenta da APEOESP e Deputada Estadual, Professora Bebel atuou junto à presidência da Alesp para que este PLC não tramite em regime de urgência. Portanto, na reabertura dos trabalhos legislativos em 2026, precisamos estar atentos e nos mobilizar pela retirada deste projeto da Assembleia Legislativa.

## Continuamos na luta contra o fechamento do noturno!

Sob o comando de Tarcísio de Freitas e Renato Feder, o Governo do Estado nega o direito à Educação aos jovens trabalhadores e àqueles jovens e adultos que não puderam estudar na idade certa. Em todas as regiões, há denúncias de fechamentos de classes de ensino médio noturno – e muitas vezes o fechamento total do período – assim como o fechamento de classes da Educação de Jovens e Adultos.

A APEOESP está em contato permanente com o Grupo Especial de Educação (GEDUC) do Ministério Público Estadual, assim como, por meio de suas subsedes, vem organizando listas de estudantes que reivindicam vagas no noturno, tendo em que vista que a SEDUC garantiu que as classes serão reabertas ou criadas, desde que comprovemos demanda. Vamos pressionar e cobrar!

# Horizontalização: projeto inovador em defesa da educação pública

O Ato que reuniu 8 mil professores e professoras, estudantes, estudantes atípicos, pais e mães atípicos, funcionários, representantes de entidades sindicais e movimentos sociais na Praça da República em 17/12/2025 explicou o acerto da decisão do XXVIII Congresso Estadual da APEOESP em implementar um novo projeto de atuação sindical horizontalizada, para a ampliação da luta em defesa da escola pública. Este foi sempre um grande desassossego da Professora Bebel, segunda presidenta da APEOESP e deputada estadual, que a levou a defender a proposta aprovada.

## Caminhar juntos pela escola pública

Se o sindicalismo iniciado nas décadas de 1970/1980 lutava pela democracia, organização sindical, dos movimentos sociais e associações, agora é hora de entendermos que a realidade é outra. Não é mais possível que cada segmento fique restrito ao seu espaço, a suas demandas e problemas específicas. É preciso caminhar juntos.

## Comitês Populares nas subsedes

A horizontalização na APEOESP será regulamentada pelo Conselho Estadual de Representantes, e – conforme a decisão do Congresso - constituirá em cada uma das 95 subsedes Comitês Populares, que realizarão assembleias populares para conhecer as demandas em relação à Educação pública e definir propostas comuns. A APEOESP é uma entidade classista, que luta por Educação pública de qualidade para os filhos e filhas da classe trabalhadora.



A Segunda Presidenta da APEOESP, deputada Professora Bebel, lutou muito para a concretização da proposta de horizontalização. Na foto, Bebel está ao lado do Secretário de Finanças, Roberto Guido

## Educação dialoga com todas as políticas sociais

Quando debatemos Educação, temos que debater a articulada à moradia, saúde e outras políticas públicas. Tanto escolas quanto Unidades Básicas de Saúde devem estar localizadas próximas às aglomerações urbanas (bairros, conjuntos habitacionais) e também comunidades rurais.

O governo Tarcísio atua na contramão. Com a nova reorganização escolar, busca o corte de gastos,

divide escolas, desmantela o período noturno, faz com que muitos estudantes desistam, pois as escolas se localizam longe de suas casas e locais de trabalho.

## Um projeto sindical inovador

Nas palavras da Professora Bebel: “A horizontalização é um projeto inovador na APEOESP, um avanço na organização sindical, junto com outros sindicatos e movimentos. Vamos lutar por água, saneamento, moradia, saúde, centros culturais, por um projeto de cidade, de estado e de país.”

No Congresso da APEOESP, a Professora Bebel convenceu delegadas e delegados do acerto da horizontalização, tendo participado da mesa que discutiu este tema, juntamente com a deputada federal do México, Monica Velasco e o Ministro do Trabalho.

## Movimentos precursores da horizontalização

**1995** – APEOESP lançou o movimento Educação no Centro das Atenções, buscando parcerias inclusive com setores empresariais, que se utilizaram desta parceria para organizar suas próprias iniciativas, com concepção empresarial, como o movimento Todos Pela Educação, Fundação Lehman e outras.

**2015** – realizamos a segunda mais longa greve da categoria, lutamos contra o golpe contra a presidenta Dilma, juntamente com outros segmentos sociais. Nossa greve levou a conquistas gradativas, entre elas o fim da “duzentena” para os professores da categoria O, que foi reduzida à “quarentena”.

Na última assembleia da greve, a Professora Bebel, presidenta da APEOESP, declara a necessidade de um movimento mais amplo em defesa da Educação pública, concretizado no Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo, fundamental para derrotar a reorganização que iria fechar 94 escolas e afetar outras 750. No entanto, as atividades do Grito se tornaram pontuais.

**2025** – O CER da APEOESP regulamentará a horizontalização e decidirá os organismos de articulação com entidades e movimentos e sua periodicidade, concretizando este novo projeto no nosso sindicato.

# Matrizes curriculares da SEDUC mais uma vez empobrecem o ensino

As Resoluções SEDUC 159 e 160/2025, que tratam das matrizes curriculares dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio para 2026 trazem como características centrais:

- Aumento da centralidade de Língua Portuguesa e Matemática
- Redução da carga horária das áreas de Humanidades (História, Geografia, Sociologia, Filosofia);
- Redução de Ciências da Natureza ou deslocamento de sua função;
- Esvaziamento de componentes transdisciplinares e projetos, como Redação, Projeto de Vida, orientações de estudos;
- Reconfiguração de Itinerários Formativos, diminuindo sua autonomia e subordinando-os às metas de performatividade da SEDUC.

Ensino fundamental	Ensino médio
Língua Portuguesa – reforço por meio de Redação e Leitura + Orientação de Estudos – LP.	Formação Geral Básica passa a ter 2100 horas obrigatórias (antes eram 1800). Itinerários Formativos passam a ter no máximo 600 horas.
Matemática – reforço por meio de Educação Financeira + Orientação de Estudos.	Aumento da Formação Geral Básica, porém deslocando disciplinas profissionalizantes, projetos e ciência aplicada.
Humanidades: Filosofia, Sociologia inexistem. História e Geografia permanecem, mas sem expansão.	Componentes das Humanidades sofrem diminuição real na carga semanal (ex.: Filosofia e Sociologia desaparecem quase sempre no 2º e 3º ano).
Ciências da Natureza: mantém apenas Ciências — não há aprofundamento ou separação Física/Química/Biologia como no ensino médio. Tecnologia e Inovação aparece, porém com função acessória, e não como eixo estruturante.	Ciências da Natureza são comprimidas (em muitas matrizes não aparecem na 3ª série).

As Resoluções reduzem a autonomia pedagógica das escolas e dos professores, centralizando decisões curriculares e restringindo a possibilidade de projetos, inte-

gração entre áreas e inovação. A centralização em Língua Portuguesa e Matemática tende a aprofundar desigualdades, pois reduz espaços de criação, diálogo, cultura, território e

projetos – especialmente em escolas periféricas. A redução de Filosofia e Sociologia no ensino médio e sua ausência no ensino fundamental nos fazem retroceder à época da ditadura militar. Nossa luta é pela aplicação integral das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio emanadas do Conselho Nacional de Educação, que contém a obrigatoriedade e valorizam as disciplinas de Filosofia e Filosofia.

O eixo integrador deve ser ensino-pesquisa-cultura-esportes, no qual disciplinas como Filosofia, Sociologia, Arte, Educação Física desempenham papel fundamental e são negligenciadas no Estado de São Paulo, inclusive sem a convocação de novos professores concursados. Por esse motivo também, vamos à greve.

# CHEGA DE AUTORITAR

## Não aceitamos a "reorganização escolar de Tarcísio e Feder

**A** APEOESP ingressou com Ação Civil Pública no Tribunal de Justiça de São Paulo para barrar a nova "reorganização escolar" que vai dividir escolas, causando transtornos para professores, funcionários e estudantes, com a coexistência de duas escolas no mesmo prédio. Juridicamente, também haverá problemas com as atribuições de aulas nessas escolas.

O que nossas escolas precisam é estrutura adequada, condições de trabalho, gestão democrática, respeito e valorização aos profissionais da Educação, no máximo 25 estudantes por classe, convocação de todos os aprovados no concurso e recomposição do quadro com funcionários concursados, entre outras medidas.



Em 2015, a luta dos professores com estudantes barrou a reorganização

### Em 2015, nossa luta foi vitoriosa

Após a segunda maior greve da categoria, de 92 dias, em 2015, a APEOESP criou o "Grito Pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo". Juntamente com entidades estudantis e movimentos sociais na ocupação de 220 escolas, impedimos o fechamento de 94 escolas e a "reorganização" de outras 750 unidades. O secretário foi exonerado pouco depois.

## Por uma política de Educação que atenda às necessidades dos estudantes atípicos, garanta segurança aos pais e mães e direitos aos professores

**A** APEOESP realizou no dia 17 de dezembro de 2025 o I Encontro Estadual de Professores, Pais, Mães e Estudantes Atípicos, com depoimentos, troca de experiências e formulação de propostas para que sejam asseguradas condições de inclusão, aprendizagem e atendimento das necessidades dos estudantes atípicos e com deficiência, suas

famílias, bem como dos professores e professoras que com eles atuam.

O atendimento aos estudantes atípicos e com deficiência não pode se limitar a suas necessidades físicas. Eles têm direito pleno ao processo ensino-aprendizagem, de acordo com todas as normas, decretos e leis de inclusão. Entretanto, o governo Tarcísio vai na contramão,

o que resultará em duas exclusões, pois não atende o pleno desenvolvimento dos estudantes atípicos no momento atual e dificulta o acompanhamento futuro do processo educacional.

Em 2026, será realizado o II Encontro, para aprofundar o debate desta que é uma política prioritária da nossa entidade.

### Eventuais receberam 13º salário

**N**a reunião de 17 de dezembro, a APEOESP cobrou da SEDUC o pagamento do 13º salário aos pro-

fessores eventuais, que não estava provisionado. No dia 22/12, o pagamento foi efetuado. Não aceitamos

discriminação contra nossos colegas, que também se dedicam à Educação pública no estado de São Paulo.

### Atribuição de aulas será em janeiro

**U**ma das reivindicações da APEOESP foi parcialmente atendida pela Secretaria Estadual da Educação: a atribuição de aulas inicial ocorrerá entre 19 e 30 de janeiro de 2026 para escolas de tempo parcial, encerrando-

-se essa fase inicial em 30 de janeiro de 2026. A atribuição das escolas PEI ocorreu em dezembro de 2025.

Até o momento em que fechávamos esta edição do Jornal da APEOESP, ainda não havia sido publicada

a resolução para o processo de atribuição de aulas de 2026. Veja mais informações no Suplemento Especial sobre Atribuição de Aulas produzido anualmente para orientação de todos os professores e professoras.

No dia 17 de dezembro, 8 mil professoras e professores da República e mostraram disposição em defender os direitos da categoria. Iniciamos 2026 em luta contra o fechamento do noturno, a "reorganização escolar", avançando para punir e desempregar. Dia 17 de dezembro foi grande vitória. Dia 23 de janeiro...

### GREVE E

Em 31 de janeiro, o Conselho Estadual de Educação da APEOESP definirá a data da greve. Desde já, está na pauta de todos a realização de uma forte greve deste governo aos nossos

### Veja nossas p



## TARCÍSIO E FARIAS DESMONTAR A EDUCAÇÃO

- 11 BILHÕES DE REAIS CONFISCADOS DA EDUCAÇÃO
- MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS COM MILITARES GANHANDO MAIS QUE PROFESSORES
- PROFESSORES 46,5% ABAIXO DO PISO NACIONAL
- MATERIAL DIDÁTICO COM ERROS HISTÓRICOS GRAVES
- ALUNOS AVALIAM PROFESSORES (VIROU BRINCADEIRA VINGATIVA DE TIKTOK)
- FALTAM PROFESSORES CONCURSADOS NAS ESCOLAS

# CRISMO. VAI TER GREVE!

em pleno recesso escolar, professores lotaram a Praça da Constituição de luta para defender a carreira e a escola pública.

ra o autoritarismo, o assédio, a militarização, privatização, a avaliação de desempenho feita de todos os demais ataques. O ato que realizaremos no próximo ano será maior.

## EM 2026

Estadual de Representantes da primeira assembleia de 2026. Todos os debates com a categoria devem levar em conta a greve para derrotar os ataques aos direitos e à escola pública.

## Principais lutas!



## FEDER QUEREM ESCOLA PÚBLICA

33 ESCOLAS PRIVATIZADAS PARA EMPRESAS DE CEMITÉRIOS E ENGENHARIA

FECHAMENTO DE EJA TRABALHADORES SEM ACESSO À EDUCAÇÃO

IDEB EM QUEDA DESDE 2021 (PIOR QUE NA PANDEMIA)

65 PROFESSORES SÃO AFASTADOS DIARIAMENTE POR PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL (AINDA ASSIM, EXIGE-SE ASSIDUIDADE DE 90%)

NO CASO DO ESTUDANTE AUTISTA - FALTA DE PROFESSOR AUXILIAR PARA A APRENDIZAGEM



## Avaliação não existe para punir e demitir!

A Avaliação de Desempenho criada por este governo não esconde seu propósito de tornar a escola inóspita para professores que ousam exercer a profissão sem se submeter aos modelos e metas pré-estabelecidos pelo secretário Renato Feder.

APEOESP conquistou uma grande vitória, por meio de liminar, que impede a SEDUC de aplicar os resultados da avaliação injusta e subjetiva ("faróis amarelo e vermelho") nas escolas de tempo parcial, o que desconsidera totalmente a classificação e permitiria às direções escolares rejeitar professores e até mesmo levar à rescisão contratual dos docentes da categoria O nessas condições. A APEOESP já havia

conquistado liminares anteriores, que vinham sendo burladas pela SEDUC com novas resoluções.

A Avaliação de Desempenho da SEDUC é feita para punir e demitir, que joga gestores contra professores, que coloca estudantes contra seus mestres, que avalia o trabalho do professor pelo rendimento dos estudantes em avaliações como o

SARESP, como se o estudante fosse mero espelho de seu professor.

A avaliação que a APEOESP defende é diagnóstica, coletiva, processual e visa, não avaliar individualmente professores ou criar critérios para atribuição de aulas, composição da jornada ou remuneração, mas para subsidiar o processo educativo, visando a sua qualidade.

## Plataformas não podem ser obrigatórias

Motivado por nossas denúncias, o Ministério Público Estadual decidiu que as 31 plataformas impostas pela SEDUC não podem mais ser de uso obrigatório nas escolas. A decisão leva em conta possíveis consequências para a saúde dos adolescentes devido ao tempo de tela e também o fato de que a obrigatoriedade pode ferir o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e causar danos psíquicos, além de interferir na autonomia dos professores para elaborar e aplicar suas aulas.

## APEOESP enfrenta projeto destruidor de Tarcísio e Feder

*Liminar levou à reintegração de professores de salas de leitura*

No segundo semestre de 2025, a APEOESP conquistou liminar que obrigou a SEDUC a reintegrar professores e professoras às salas de leitura, PROATI e outros projetos, dos quais haviam sido afastados por exercerem o direito a licenças médicas e faltas para consultas médicas.

Diante da resistência da SEDUC em cumprir a decisão judicial, levantamos e encaminhamos à Secretaria mais de 400 casos de professoras e professores beneficiados pela decisão. Ainda assim, a SEDUC cumpriu a liminar apenas parcialmente, readmitindo profes-

sores temporários que haviam sido desligados, reintegrando parte dos professores aos projetos. Recusou-se, entretanto, a reintegrar aqueles que voltaram às salas de aula. Muitos desses professores recorreram desta decisão por meio do departamento jurídico da APEOESP.

## O Estado precisa convocar mais concursados!

A luta da APEOESP e da nossa categoria conquistou concurso público para professores na rede estadual de ensino. Mais de 170 mil professores foram classificados. Entretanto, o Governo Tarcísio/Feder limitou a convocação a 15 mil vagas, muito distantes das necessidades, tendo em vista que 48% dos docentes hoje são contratados em

caráter temporário (categoria O). Não bastasse isso, a SEDUC não convocou professores de Filosofia, Sociologia e Artes.

AAPEOESP denunciou esta situação ao Grupo de Educação Especial – GEDUC – do Ministério Público Estadual, o que motivou ação do MP para a convocação de 44 mil concursados, que está em tramitação no Tribunal

de Justiça de São Paulo. Em reuniões com a SEDUC, o secretário executivo aventou a hipótese de convocar mais 10 mil classificados em 2026.

Nosso Sindicato fiscalizou todo o processo de convocação e posse, seja nos 17 polos localizados nas diversas regiões no estado, seja diretamente na coordenação, localizada na sede da Diretoria de Pessoas – DIPES.

## Piso salarial é ponto de partida, não é teto

A APEOESP tem participação direta na concepção do piso salarial profissional nacional, conquistado por meio da lei 11.738/2008.

A lei manda que o salário base da carreira do magistério seja reajustado anualmente e deve incidir sobre todas as classes, níveis e

faixas da carreira. Entretanto, um recurso estará em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) para confirmar o que a lei determina. No momento o julgamento está suspenso.

Caso o julgamento seja adverso, prevalece o entendimento do

Superior Tribunal de Justiça, de que cada ente federado deve regulamentar a aplicação da lei e, assim, prosseguirá nossa luta no estado de São Paulo para que seja aplicado o reajuste em toda a carreira, e não mais abono complementar, pois piso não é teto salarial!

# Queremos todas as mulheres vivas!



Professora Bebel, segunda presidenta da APEOESP, no ato na Avenida Paulista - 7/12/2025

Em 2025, pelo menos 207 mulheres foram vítimas de feminicídio no estado de São Paulo. O governo Tarcísio se omite e permite. Gastou apenas 30% das verbas destinadas ao Programa de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

Nossa categoria é majoritariamente feminina e lutar contra o machismo, a misoginia, o feminicídio é nossa causa. Casos como de

Tainara Souza Santos, que faleceu 25 dias depois de ter sido atropelada e arrastada por 1 quilômetro pelo ex-companheiro nos revoltam e nos incentivam a lutar.

A APEOESP realizou em julho a XII Conferência Estadual da Mulher, participa de todas as mobilizações e criará a Frente de Mulheres e Homens contra a Violência sobre a Mulher, pois a luta é de todas e todos.

## Conferência debateu poder feminino na emergência climática



Mesa de abertura com a Professora Bebel, Segunda Presidenta da APEOESP, a Secretária das Mulheres, Suely de Oliveira, e a vice-secretária, Eliana Nunes

Na XXII Conferência, professoras discutiram o poder feminino na emergência climática e pediram o fim da violência.



### Deu na imprensa

## O descompromisso do governo Tarcísio com a vida das mulheres

Nas últimas semanas os meios de comunicação vêm estampando grande número de notícias sobre casos de violência contra mulheres e de feminicídios. Lamentavelmente esta é uma realidade presente no Brasil há muitas décadas, mas a concentração de casos em pouco tempo assusta. E alerta: a sociedade não pode ficar omissa, muito menos as autoridades, os agentes públicos, formadores e formadoras de opinião, homens e mulheres que valorizam a vida.

Talvez o caso mais dolorosamente impactante ocorrido recentemente tenha sido o de Caso Tainara Souza Santos, uma mulher de 31 anos que foi perseguida, atropelada e arrastada por mais de um quilômetro por um carro dirigido por seu ex-companheiro na Marginal Tietê, na Zona Leste de São Paulo, em 29 de novembro. Tainara precisou amputar as duas pernas, teve que se submeter a diversas cirurgias, e não resistiu: morreu 25 dias após o bárbaro crime.

Há outros casos igualmente chocantes e não seria possível citar todos eles. De acordo com reportagem da Agência Brasil, "Dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) revelam que entre janeiro e outubro de 2025 foram registrados 53 casos de feminicídio na capital paulista. Este é o maior

índice anual desde 2018 (início da série histórica), mesmo sem contabilizar ainda os dados de novembro e dezembro.

Desde janeiro deste ano, 207 mulheres foram mortas em todo o estado de São Paulo, vítimas de feminicídio. Apenas em outubro, foram 22 vítimas desse tipo de crime e outras 5.838 mulheres que sofreram lesão corporal dolosa."

O crescimento contra as mulheres no estado de São Paulo ocorre no mesmo período em que o governo de Tarcísio de Freitas e sua secretária Valéria Bolsonaro vem demonstrando total descompromisso com o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, um programa estadual que executou apenas 30% do orçamento previsto, conforme reportagem do portal Brasil de Fato. Sun, ocorrem casos em outros estados do Brasil, mas a incidência no estado de São Paulo e realmente preocupante e o descaso do governo Tarcísio de Freitas precisa ser denunciado.

No dia 25 de dezembro, em Piracicaba, a jovem Pamela Garcia, de 29 anos, foi assassinada covardemente, também pelo ex-companheiro. Em 26 de dezembro, uma mulher desaparecida no Natal foi encontrada morta em Guarulhos, na Grande São Paulo, e o ex-companheiro é o principal suspeito. Na Zona Oeste de Recife, Pernambuco, um homem ateou fogo na casa

onde morava sua ex-companheira e seus quatro filhos, que eram também filhos dele próprio, matando-os. E assim como esses casos, muitos outros vêm estampando os noticiários.

No início do mês de dezembro o presidente Lula declarou seu compromisso de lutar contra o feminicídio e toda forma de violência contra a mulher. E efetivamente seu governo tem se dedicado a garantir os direitos das mulheres e a desenvolver políticas contra a violência, por meio do Ministério das Mulheres. Também a sociedade não está inerte diante dessa questão. No dia 7 de dezembro, dezenas de milhares de homens e mulheres tomaram a Avenida Paulista, assim como espaços em outras capitais e grandes cidades, sob o slogan Queremos Todas Vivas. Foi um momento de grande importância, porém feminicídios continuam a ocorrer.

Nós, da APEOESP, assim como nosso mandato parlamentar na Assembleia Legislativa estamos engajados nesta luta. Por isso, será criada no nosso sindicato a Frente de Mulheres e Homens contra a Violência sobre a Mulher. Esta tem que ser uma causa de cada uma e cada de um de nós. Queremos todas vivas!

**Professora Bebel**  
Deputada Estadual  
Segunda Presidenta da APEOESP

# Sistema Nacional de Educação é conquista histórica

**D**epois de mais de um século de luta dos educadores brasileiros, o Congresso Nacional (SNE) aprovou o Sistema Nacional de Educação, sancionado pelo Presidente Lula.

A lei estabelece normas e instâncias de articulação entre a União e os Estados e entre esses e seus Municípios (configurando os sistemas estaduais e distrital de Educação), para a concretização do regime de colaboração determinado pela Constituição Federal.

O SNE terá a responsabilidade de tornar realidade os 19 objetivos e respectivas metas e estratégias do PNE, assim como o Sistema Estadual de Educação, pelo qual lutamos no estado de São Paulo, será responsável, de forma colaborativa e solidária entre Estado e Municípios, por concretizar o PEE, garantindo acesso, permanência e qualidade em todos os níveis e modalidades da Educação paulista, da creche ao ensino superior.

## Plano Estadual como política de Estado para a Educação

O Plano Estadual de Educação em vigor, que se encerra em junho de 2026 é resultado direto da luta da APEOESP, que liderou demais entidades e movimentos para sua conquista, por meio do Fórum Estadual de Educação, que nasceu da iniciativa da então presidenta da APEOESP, hoje segunda presidenta e deputada estadual, Professora Bebel.

Ela também criou no âmbito da Assembleia Legislativa uma Frente Parlamentar aberta a instituições públicas, entidades e movimentos para acompanhar e contribuir na elaboração do novo Plano Estadual de Educação e nos Planos Municipais de Educação.

A SEDUC está realizando um processo restrito de elaboração do PEE. Lutamos para que seja amplo e participativo, por meio do FEESP, audiências públicas e Conferências de Educação que se realizem desde as escolas, municípios, regiões e no âmbito estadual.



Lançamento na Alesp da Frente Parlamentar e do Fórum de estudos e construção dos Planos Nacional, Estadual e Municipais de Educação

## PNE foi aprovado na Câmara e está no Senado

No momento em que escrevemos este texto, o Plano Nacional de Educação se encontra pendente de aprovação no Senado Federal. Ele foi aprovado na Câmara dos Deputados e será a base para a elaboração do Plano Estadual e dos Planos Municipais de Educação.

## Moradia para os professores

A segunda presidenta da APEOESP e deputada estadual da APEOESP, Professora Bebel, está dialogando com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, e com a Caixa Econômica Federal, por um programa de moradias para professoras e professores.

Preliminarmente, interessados podem se manifestar pelo site da APEOESP ([www.apeosp.org.br](http://www.apeosp.org.br)). Caso a iniciativa tenha sucesso, a categoria será informada.



Professora Bebel com Aloizio Mercadante (BNDES)

## PEC 38 é para desmontar e privatizar

Está no Congresso Nacional a PEC 38, da reforma administrativa, que a extrema-direita e o centrão querem impor para acabar com a estabilidade dos servidores públicos, restringir concursos públicos a algumas carreiras,

ampliar terceirizações e privatizações. Se aprovada, a PEC fará o serviço público no Brasil retornar a um período em que servidores eram contratados e promovidos com base em favorecimentos e filiações políticas.

## Com isenção do IR, professores terão 14º salário

A isenção do Imposto de Renda para que ganhe até R\$ 5 mil mensais irá beneficiar milhões de brasileiros,

que poderão ter o equivalente a um 14º salário no ano, inclusive muitos professores. Veja a tabela:

Salário Bruto	IRRF atual	Alíquota efetiva atual	IRRF Proposta	Acréscimo mensal na renda	Acréscimo anual na renda
3.000,00	13,2	0,40%	0	13,20	175,96
4.000,00	133,84	3,30%	0	133,84	1.784,09
4.500,00	222,65	4,90%	0	222,65	2.967,92
5.000,00	335,15	6,70%	0	335,15	4.467,55

Elaboração: DIEESE, a partir de dados da Receita Federal e divulgação da proposta do governo federal

## O fim da escala 6X1 e a nossa jornada

A APEOESP participa da luta pelo fim da escala 6X1 não somente por solidariedade aos trabalhadores submetidos a essa jornada abusiva, mas porque queremos para a nossa categoria também mais tempo para o lazer, para o descanso, mais qualidade de vida, além de remuneração digna para que não seja necessário

ampliação de jornada e acúmulo de cargos.

A jornada do piso – que lutamos para que seja aplicada corretamente – é uma grande conquista, mas nossa perspectiva histórica é a jornada máxima de 40 horas semanais, com 20 aulas com educandos e outras 20 para demais atividades.

## Professora Bebel recebeu Ordem do Mérito Educativo



Companheiros da APEOESP prestigiaram a cerimônia



Bebel recebeu a Comenda das mãos do Secretário da SESU/MEC, Marcos David

Em cerimônia conduzida pelo Presidente Lula e pelo Ministro da Educação, Camilo Santana, por ocasião dos 95 anos do MEC, a Professora Bebel, segunda presidenta da APEOESP e deputada estadual, recebeu no dia 14/11/2025, a Ordem Nacional do Mérito Educativo, motivo de orgulho para nossa entidade e nossa categoria.

# APEOESP LUTOU POLÍTICA E JURIDICAMENTE POR ATRIBUIÇÃO DE AULAS JUSTA E CONTRA OS ATAQUES DO GOVERNO TARCÍSIO

Em 2025, os docentes sofreram ataques reiterados pela gestão Tarcísio/Feder, que adotou medidas autoritárias e punitivas com o objetivo de restringir a autonomia profissional e precarizar as condições de trabalho. Entre as iniciativas mais graves estiveram a implantação de uma Avaliação de Desempenho subjetiva e arbitrária, regras de atribuição que permitiam escolha discricionária por parte de equipes gestoras, e normas que buscavam penalizar docentes que adocem, desconsiderando licenças médicas, maternidade, paternidade e outros afastamentos legais no cômputo de frequência. Essas medidas ameaçavam transferências indevidas, perda de aulas, redução compulsória de jornada, extinção contratual de temporários e impedimento de participação em programas como PEI, configurando um ataque à carreira e à dignidade do Magistério. Diante dessa ofensiva, a APEOESP manteve uma atuação firme, qualificada e estratégica, articulando ações coletivas e medidas urgentes no Judiciário para proteger os direitos dos docentes e neutralizar os abusos cometidos pela Secretaria da Educação. Como resultado dessa atuação combativa e comprometida com a defesa da categoria, conquistamos importantes vitórias jurídicas ao longo do ano, que reafirmam o papel fundamental do nosso Sindicato na resistência aos retrocessos e na luta por uma Educação pública democrática.

## I. ATRIBUIÇÃO DE AULAS

Até o fechamento deste texto, a Secretaria Estadual da Educação (SEDUC) ainda não havia publicado a Resolução contendo as regras para a atribuição de aulas nas escolas de tempo parcial. No entanto, o órgão vem publicando, desde outubro, sucessivas resolu-



No dia 18 de dezembro a Diretoria da APEOESP reuniu-se com o secretário-executivo da SEDUC para discutir assuntos emergenciais da categoria

ções e portarias com orientações e procedimentos referentes ao processo anual de atribuição de aulas para o ano letivo de 2026.

### Resolução SEDUC 132/2025

O processo teve início com a Resolução SEDUC nº 132, de 09 de outubro de 2025, que disciplinou o período de Confirmação de Participação dos integrantes do Quadro do Magistério Paulista, organizando-os por fases. A Fase 1 contemplou os docentes efetivos, não efetivos (estáveis) e aqueles com contratos ativos celebrados entre 2023 e 31 de agosto de 2025. Já a Fase 2 foi destinada aos docentes nomeados em 2025 para assumir em 2026, aos remanescentes do concurso VUNESP/2023, aos docentes contratados após 1º de setembro de 2025, bem como aos contratados via cadastro emergencial e aos candidatos à contratação, desde que inscritos e classificados no Processo Seletivo Simplificado da VUNESP/2025.

A SEDUC definiu como critérios de classificação para a pontuação final: o tempo de serviço público no Magistério paulista, a presença em sala de aula, o desenvolvimento profissional, a titulação, a jornada ou carga

horária e o resultado da avaliação de desempenho.

Como medida de caráter punitivo, a SEDUC estabeleceu que os docentes que, no período de 01/07/2024 a 30/06/2025, não alcançassem 90% ou mais de frequência no critério de Presença em Sala de Aula ficariam impedidos de solicitar ampliação de jornada e de se credenciar para atuar em unidades escolares do Programa Ensino Integral (PEI) no ano de 2026. O governo Tarcísio/Feder considerou como frequência apenas os dias efetivamente trabalhados em sala de aula, desconsiderando todo e qualquer tipo de ausência, afastamento ou licença, excetuando-se apenas os dias de convocação para orientação técnica, acompanhamento de estudantes em jogos escolares e participação em premiações oficiais de caráter científico estadual, municipal, nacional ou internacional, desde que autorizados pela SEDUC.

Após a judicialização da questão pela APEOESP e a concessão de liminar (detalhamento a seguir), a SEDUC promoveu alteração na resolução, passando a considerar também como frequência os afastamentos, licenças e ausências legalmente reconhecidos como de efetivo

exercício para todos os fins, tais como licença-maternidade, gárgula, entre outros.

Entretanto, a SEDUC, não satisfeita, instituiu nova regra punitiva, condicionando a ampliação da jornada de trabalho e o credenciamento no PEI à obtenção de resultado satisfatório na avaliação de desempenho. A medida também foi judicializada e, após a concessão de liminar (detalhamento a seguir), o Poder Judiciário suspendeu os efeitos da avaliação de desempenho.

### APEOESP garantiu a inclusão dos contratados de 2022 na lista única

Em reunião com a SEDUC, a Diretoria da APEOESP, sob a condução da Professora Bebel, Deputada Estadual e Segunda Presidenta da APEOESP, obteve a concordância para que os docentes contratados em 2022, cujos contratos foram extintos em dezembro de 2025, fossem classificados juntos aos docentes com contrato ativo, desde que estejam devidamente inscritos e classificados no Processo Seletivo Simplificado da VUNESP/2025.

Dessa forma, a classificação dos docentes que confirmaram participação no processo anual

de atribuição de classes e aulas para o ano letivo de 2026 observará, rigorosamente, a seguinte ordem de prioridade, de acordo com a situação funcional:

I – docentes efetivos;

II – docentes nomeados;

III – docentes não efetivos (“P”, “N” e “F”);

IV – docentes contratados de vínculo ativo e docentes com contrato celebrado em 2022;

V – remanescentes do concurso público docente desta Pasta;

VI – candidatos do Processo Seletivo Simplificado - PSS da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - VU-NESP 2026; e

VII – candidatos do PSS da Fundação Getúlio Vargas – FGV 2026.

## II. CONQUISTAS JUDICIAIS DA APEOESP

Em 2025, os docentes sofreram ataques reiterados pela gestão Tarcísio-Feder, que adotou medidas autoritárias e punitivas com o objetivo de restringir a autonomia profissional e precarizar as condições de trabalho. Entre as iniciativas mais graves estiveram a implantação de uma Avaliação de Desempenho subjetiva e arbitrária, regras de atribuição que permitiam escolha discricionária por parte de equipes gestoras, e normas que buscavam penalizar docentes que adoecem, desconsiderando licenças médicas, maternidade, paternidade e outros afastamentos legais no cômputo de frequência. Essas medidas ameaçavam transferências indevidas, perda de aulas, redução compulsória de jornada, extinção contratual de temporários e impedimento de participação em programas como PEI, configurando um ataque à carreira e à dignidade do Magistério.

Diante dessa ofensiva, a APEOESP manteve uma atuação firme, qualificada e estratégica, articulando ações coletivas e medidas urgentes no Judiciário para proteger os direitos dos docentes e

neutralizar os abusos cometidos pela Secretaria da Educação.

Como resultado dessa atuação combativa e comprometida com a defesa da categoria, nosso Sindicato conquistou importantes vitórias jurídicas ao longo do ano, que reafirmam seu papel fundamental na resistência aos retrocessos e na luta por uma Educação pública democrática.

A seguir, as principais vitórias jurídicas conquistadas em 2025:

### 1) **Liminar que suspendeu dispositivos das Resoluções SEDUC nº 95/2024 e nº 132/2025**

O Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio do Núcleo Especializado de Justiça 4.0 – Ações Coletivas, deferiu liminar que suspendeu os principais dispositivos dessas resoluções. O TJSP reconheceu a conexão entre ações coletivas (duas da APEOESP e duas de outras entidades) e determinou julgamento conjunto.

Foram suspensos dispositivos que desconsideravam licenças legais (médica, maternidade, paternidade, prêmio e demais afastamentos) no cálculo da frequência mínima exigida; que previam perda de aulas, redução compulsória de jornada e extinção contratual de temporários; que impediam recursos administrativos sobre classificação e atribuição; que ignoravam tempo de serviço e experiência anterior de recém-nomeados; e que prejudicavam docentes em programas e projetos PEI, Sala de Leitura, Multiplica SP etc.

A decisão determinou também a suspensão de todos os atos já praticados com base nessas regras ilegais, abrangendo toda a rede estadual e garantindo proteção imediata a efetivos e temporários.

**Fundamentação: o TJSP concluiu que a SEDUC extrapolou o poder regulamentar ao criar sanções sem previsão legal, violando o Estatuto do Servidor e a legislação aplicável; reconheceu que licenças e afastamentos legais configuram efetivo exercício, que não podem gerar penalizações; e declarou**

**inconstitucional a vedação de recurso administrativo.**

### 2) **Liminar que suspendeu a Avaliação de Desempenho da SEDUC**

A APEOESP obteve liminar que suspendeu a Avaliação de Desempenho implementada pela SEDUC, identificada como subjetiva e ilegal. A medida contestada — com instrumentos como os chamados “faróis” — colocava nas mãos de equipes gestoras o poder de decidir, de forma discricionária, quem seria mantido ou afastado, com risco de transferências e desemprego para milhares de professores.

**Impacto: a suspensão impediu a aplicação imediata de critérios punitivos e arbitrariedades que desmontariam a classificação docente baseada em tempo de serviço e titulação, preservando segurança jurídica no processo de atribuição de aulas.**

### 3) **Liminar que suspendeu a Resolução SEDUC 97/2025**

A APEOESP conseguiu liminar que suspendeu os efeitos dessa resolução, cujo artigo 1º tipificava falta contratual para docentes que atingissem 5% de faltas da carga horária e o artigo 2º estabelecia inabilitação para inscrição no Programa de Ensino Integral (PEI) para docentes que ultrapassassem esse limite.

Graças à liminar, docentes que tivessem ausências que ultrapassassem percentuais (inclusive níveis elevados como mais de 20% indicados em peças informativas) não poderiam ser desligados de escolas PEI nem ter seus contratos rescindidos em função dessas regras. A decisão preservou contratos e a atribuição de docentes, impedindo penalizações automáticas por faltas.

### 4) **Liminar que impede cessação de professores afastados por motivo de saúde de Sala de Leitura e PROATI**

A APEOESP obteve liminar que suspende qualquer ces-

sação, exclusão ou penalidade contra docentes afastados por motivo de saúde nos Programas Sala de Leitura e PROATI, reconhecendo que licenças médicas e demais afastamentos legais configuram efetivo exercício e não podem justificar perda de vaga ou rescisão. Centenas de professores foram reconduzidos e, nos casos em que a SEDUC alegou a não recondução por haver aulas atribuídas, o departamento jurídico orientou os professores afetados a procurarem suas sub-sedes para envio de comprovantes e acompanhamento jurídico.

### **Consequências e importância das decisões**

**As decisões conquistadas em 2025 restabeleceram limites ao poder regulamentador da SEDUC, protegeram licenças e afastamentos legais como efetivo exercício, garantiram a possibilidade de recursos administrativos e impediram a aplicação imediata de medidas que poderiam resultar em desemprego, perda de direitos e perseguição de docentes adoecidos.**

Essas vitórias representaram uma resposta jurídica e institucional decisiva contra a tentativa de transformar o trabalho docente em situação de vulnerabilidade extrema perante uma gestão que buscava, com instrumentos punitivos, condicionar e controlar a carreira.

### **APEOESP continua na luta para garantir direitos**

A Diretoria da APEOESP, em conjunto com o Departamento Jurídico, segue atuando de forma articulada — nos âmbitos judicial e político — para monitorar o cumprimento das decisões, impugnar novas investidas ilegais e oferecer orientação e suporte aos docentes vitimados pelas medidas administrativas.

A luta continua para garantir que os direitos conquistados não sejam novamente subvertidos e para recompor condições de trabalho dignas, assegurar a valorização profissional e defender a autonomia pedagógica no serviço público da Educação.

# APEOESP completa 81 anos em 2026

*Será um ano de grandes eventos para resgate da trajetória do nosso sindicato*

**E**m 2026, comemoramos 81 anos de existência e lutas da nossa APEOESP, fundada em 13 de janeiro de 1945, na cidade de São Carlos, e que se tornou o maior sindicato da América Latina.

Hoje nosso sindicato se organiza em 95 subseções, está presente em todas as regiões do Estado, possui representatividade em todas as cidades e representa os professores também das redes municipais.

A APEOESP é um poderoso instrumento de luta de professoras e professores contra os ataques de sucessivos governos, em defesa dos nossos direitos e da Educação pública, mas seu papel vai além: é uma das principais organizações do funcionalismo público e da própria população paulista pela democracia, pelos direitos sociais e profissionais, por cidadania e qualidade de vida para todas e todos.

Temos uma longa trajetória de



construção, que prossegue ainda nos dias de hoje, por meio da unidade expressa na atual Diretoria, composta pela Chapa Uma e que deu novo salto de qualidade com a aprovação no XXVIII Congresso Estadual da horizontalização de

nossa atuação sindical – pois a defesa da Educação pública transcende os limites da nossa categoria –, por meio de alterações estatutárias que serão consolidadas pelo Conselho Estadual de Representantes na reunião de 31/1/2025. Leia mais

sobre a horizontalização no Encarte do Congresso, que acompanha esta edição.

**A unidade e atuação da Diretoria, Chapa Uma, demonstraram a força da APEOESP**

Durante todo o ano serão realizadas intensas atividades, já com início no dia 31 de janeiro, ocasião na qual se reunirá o Conselho de Representantes da APEOESP. Serão produzidos materiais especiais, tanto impressos como audiovisuais.

Vamos rememorar as grandes lutas da nossa categoria e do nosso sindicato, a evolução da nossa organização, suas transformações e seu papel da defesa da Educação pública, dos direitos do magistério e de todo o funcionalismo público, da democracia e da classe trabalhadora.

## Paulo Frateschi. Presente!

Militante histórico da APEOESP e da resistência à ditadura militar, o ex-deputado estadual Paulo Frateschi faleceu no dia 6 de novembro, aos 75 anos. Um dos fundadores do PT, Frateschi foi eleito deputado estadual pelo partido em 1983, exercendo o mandato até 1987 – período este marcado pela redemocratização do país.

Formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), foi militante da ALN (Aliança Libertadora Nacional), preso e torturado na ditadura civil-militar em 1969, aos 19 anos, pela OBAN, a famigerada Operação Bandeirantes.

No final da década de 1970, fez parte do Comando Geral de Greve (CGG), que organizou a greve de 1978 e participou, em 1979, da eleição que elegeu uma diretoria combativa que mudou a história da APEOESP. Na gestão de Gu-



Paulo Frateschi durante reunião da diretoria da APEOESP na década de 1980.



Frateschi participa do Congresso Nacional dos Professores, realizado em São Paulo em julho de 1980.

merindo Milhomem, entre 1983 e 1985, ocupou o cargo de Diretor de Imprensa do sindicato.

Foi presidente do Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo e dirigente do diretório nacional do partido. Também exerceu o cargo de secretário municipal de Relações Governamentais nas

gestões de Marta Suplicy e de Fernando Haddad, atual ministro da Fazenda do Governo Lula.

Segunda presidenta da APEOESP e deputada estadual, Prof. Bebel lamentou o falecimento do amigo e companheiro: “ele levou uma vida dedicada à Educação e à luta pelos direitos dos trabalhadores.”



Frateschi em atividade recente com a deputada e segunda presidenta da APEOESP, Professora Bebel.

### EXPEDIENTE

#### DIRIGENTES RESPONSÁVEIS:

Francisco de Assis Ferreira e Rosa Maria de Araújo Fiorentin. **Conselho Editorial:** Fábio Santos de Moraes; Maria Izabel Azevedo Noronha; Francisco de Assis Ferreira; Rosa Maria de Araújo Fiorentin; Zenaide Honório; Sérgio Martins da Cunha; Roberto Guido; Miguel Noel Meirelles; Rita de Cássia Cardoso; Richard Araújo; Waldir Siqueira; Ozani Martiniano de Souza. **Jornalista responsável:** Rosana Inácio (MTB 37329). Textos de José Rocha Cunha, Ana Maria Lopes (MTB 23362) e Luis Brandino Fotos; Rogério Cavalheiro, Roberto Parizotti e Angélica Alves. **Diagramação e Edição Gráfica:** Carlos R. Ferreira dos Santos. **Secretárias:** Caroline Anselmo de Carvalho e Amanda Souza. **Impressão:** Graftec. **Tiragem:** 140.000 exemplares. **Circulação Dirigida:** Distribuição Gratuita. Circulação em janeiro. Publicação bimensal. **Distribuidora:** ACF Jaraguá. Redação: Praça da República, 282 – 5º andar – CEP 01045-000. Matrícula Registrada em microfilme sob nº 129.203 no Terceiro Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

#### DIRETORIA DA APEOESP – Gestão 2023-2026 EXECUTIVA

**Primeiro Presidente:** Fábio Santos de Moraes; **Segunda Presidenta:** Maria Izabel Azevedo Noronha; **Primeira Secretária Geral:** Zenaide Honório; **Segundo Secretário Geral:** Sérgio Martins da Cunha; **Secretário de Finanças:** José Roberto Guido Pereira; **Vice-Secretário**

**de Finanças:** Miguel Noel Meirelles; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Vice-Secretário de Administração:** Eivaldo Máximo; **Secretária de Patrimônio:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Vice-Secretária de Patrimônio:** Maria José Cunha Carretero; **Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Seixas; **Vice-Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Paulo José das Neves; **Secretário de Comunicações:** Francisco de Assis Ferreira; **Vice-Secretário de Comunicações:** Rosa Maria de Araújo Fiorentin; **Secretário de Formação:** Fláudio Azevedo Lima; **Vice-Secretário de Formação:** Eliane Martiniano de Souza; **Secretária de Política Sindical:** Poliana Fé do Nascimento; **Vice-Secretário de Política Sindical:** Luciano Delgado; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Waldir Siqueira; **Vice-Secretária de Legislação e Defesa dos Associados:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretária de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial:** Rita de Cássia Cardoso; **Vice-Secretário de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial:** Richard Araújo; **Secretária para Assuntos do Aposentado:** Floripes Ingracia Boroli Godinho; **Vice-Secretário para Assuntos do Aposentado:** Alan Martins de Oliveira; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Sueli Fátima de Oliveira; **Vice-Secretária para Assuntos da Mulher:** Eliana Nunes dos Santos; **Secretária para Assuntos Municipais:** Douglas Martins Izzo; **Vice-Secretária para Assuntos Municipais:** Paula Cristina Oliveira Penha; **Secretária de Direitos Humanos:**

Mônica Antonio da Silva Fernandes; **Vice-Secretário de Direitos Humanos:** Jesse Pereira Felipe; **Secretária de Assuntos relativos à Saúde do Trabalhador:** Solange Aparecida Benedeti Penha; **Vice-Secretário de Assuntos relativos à Saúde do Trabalhador:** Jorge Leonardo da Paz; **Secretário de Assuntos Relativos às Pessoas com Deficiência:** Rodolfo Alves de Souza; **Vice-Secretária de Assuntos relativos às Pessoas com Deficiência:** Maria Regina de Souza Sena; **Secretário Geral de Organização:** Leandro Alves Oliveira; **Secretária de Organização para a Capital:** Mauro da Silva Inácio; **Secretário de Organização para a Grande São Paulo:** Fábio Santos Silva; **Secretária de Organização para o Interior:** Andréia Oliveira de Souza Soares; **Secretária de Organização para o Interior:** Clene Maria Obici; **Secretária de Organização para o Interior:** Eliane Aparecida Garcia; **Secretária de Organização para o Interior:** Sonia Maria Maciel.

#### DIRETORIA ESTADUAL COLEGIADA – DEC

Ademar de Assis Camelo; Aldo Josias dos Santos; Alexandre Tardelli Genesi; Alfredo Andrade da Silva; Ana Claudia dos Santos; Ana Lúcia Santos Cugler; Anita Aparecida Rodrigues Marson; Antonio Carlos Silva; Antonio Gandini Junior; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carlos Roberto dos Santos; Carmen Luiza Urquiza de Souza; Claudio Juhrs Rodrigues; Cleofas Teixeira Barbosa; Cloves Soares Lauton; Creuza Maria de Carvalho; Dagmar Aparecida Rodrigues

Silveira; Déborah Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Eivaldo de Marchi; Elias Adelfino Framesqui; Evaristo Balbino da Silva; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fátima Aparecida Rodrigues dos Santos de Campos; Gilmar Ribeiro; Hamed Mauch Bittar; Jailton Farias; Jair José dos Santos; Jefferson de Albuquerque Cypriano Rosa; João Luís Dias Zafalão; Joaquim Soares da Silva Neto; José Jesus Costa; José Geraldo Corrêa Junior; José Reinaldo de Matos Lima; Josafá Rehém Nascimento Vieira; Josefa Gomes da Silva; Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal Aguiar Penteado Neto; Leonor Penteado dos Santos Peres; Lúci Ferreira da Silva; Luis Antonio Nunes da Horta; Luzelena Feitosa Vieira; Marcio de Oliveira Santos; Marcos Rogério Jesus Chagas; Maria Carlota Niero Rocha; Maria Consoladora da Silva; Maria de Lourdes Cavichiole; Maria de Lourdes Mantovani Pavam; Maria Helena de Carvalho; Maria José Blondel Enrione; Maria Lúcia Ambrosio Orlandi; Matheus Corrêa Siqueira; Mauricio Avancini; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberto Fernandes Tofoli; Roberto Mendes; Rodolfo Vieira Saraiva; Ronaldi Torelli; Ronaldo Nascimento Mota; Ronaldo Rodrigues dos Santos; Rosane de Matos; Rui Carlos Lopes de Alencar; Suzi da Silva; Uilder Cácio de Freitas; Vânia Pereira da Silva; Willian Hugo Correa dos Santos; Wilson Augusto Fiuza Frazão; Yara Aparecida Bernardi Antonilli.